22º CONCURSO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Graduação em Direito

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO em exercício, no uso de suas atribuições legais, a pedido do Presidente da Comissão do 22º Concurso de Estagiários do Ministério Público – graduação em Direito, **AVISA** que, após análise pela Comissão Examinadora dos recursos interpostos pelos candidatos, foram proferidas as seguintes decisões:

Recurso contra PROVA A - questão 1; PROVA B - questão 9; PROVA C - questão 5; e PROVA D - questão 5.

Todos os textos utilizados na elaboração da prova de Língua Portuguesa são obras ou canções publicadas e podem ter sido ou serem utilizadas para a formulação de questões em outros certames. O simples fato de uma questão ser parecida com alguma outra de qualquer certame pretérito não indica, por si só, a existência de irregularidade no concurso ou na própria questão, uma vez que, ao contrário do que se sustenta no recurso, é princípio geral de direito a presunção da boa-fé e não da má-fé.

O sigilo na elaboração e aplicação da prova foi absolutamente garantido, de modo a não ser juridicamente possível a alegação de que eventuais candidatos pudessem ter tido acesso anterior a qualquer das questões do certame.

O pronome inicia a oração. A falta de pontuação nos versos não indica, por si só, que se trate de período único. Cada verso, na poesia proposta, é uma oração isolada, de modo a revelar a correção do gabarito proposto.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 2; PROVA B - questão 10; PROVA C - questão 6; e PROVA D - questão 6.

O conteúdo da questão dizia respeito às regras de concordância nominal; e não a funções sintáticas, devendo o candidato assinalar a alternativa cuja concordância era diferente (exceto) da dos termos assinalados no texto. Das alternativas propostas, a única expressão invariável, quanto ao gênero e ao número, está na alternativa "d", apontada como correta no gabarito da prova, por se tratar de advérbio, diferentemente dos termos assinalados na poesia.

Desta forma, o recurso está fundamentado em leitura e interpretação deficientes da pergunta.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 3; PROVA B - questão 11; PROVA C - questão 7; e PROVA D - questão 7.

A questão não se restringia apenas à intenção do autor (vf. *"em relação ao aposto 'o patriarca da economia de mercado', pode-se afirmar que ele tem a função de:"*), de modo a ser correto afirmar que o aposto tem sempre a função de explicar o termo que o antecede.

Desta forma, o inconformismo reside na interpretação equivocada do enunciado da questão, o que não é suficiente para o seu acolhimento.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 4; PROVA B - questão 12; PROVA C - questão 8; e PROVA D - questão 8.

Questão de mera interpretação de texto.

Os recursos apresentados estão baseados em leitura desatenta do texto.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 5; PROVA B - questão 13; PROVA C - questão 9; e PROVA D - questão 9.

A questão é de mera interpretação de texto e contém pergunta a respeito de sequência narrativa, ou seja, qual a ação envolvendo Maria Elvira após ter arranjado um namorado outro que não Misael.

Todos os inconformismos apontam como resposta correta fato narrativo anterior ao fato de ela ter arranjado um namorado, fugindo, portanto, ao que foi questionado.

As duas únicas alternativas que se referem a fato posterior, **na sequência narrativa**, seriam as "a" e "b", mas apenas esta última tem Maria Elvira como agente, "vestida de organdi azul". Inexistindo, pois, as falhas apontadas.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 8; PROVA B - questão 16; PROVA C - questão 12; e PROVA D - questão 12.

O gabarito apresentado está correto, pois, analisando item a item da questão, tem-se:

I – incorreto: não há crase quando a preposição a é seguida de numeral;

II – incorreta: o verbo obedecer é transitivo indireto. Logo, deve ser empregada crase na frase proposta;

III- correta: o termo rainha não é utilizado como termo específico. Para verificar a correção da frase, bastaria fazer a troca do termo rainha por rei para se verificar que não há mudança de "a" por "ao", não existindo, portanto, o uso da crase;

IV- incorreta: não há uso da crase antes de termos masculinos;

V- correto o uso da preposição, sem crase;

VI – incorreta: ausente o acento grave na expressão "à primeira vista".

Recurso decorrente de desconhecimento da matéria perguntada.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 9; PROVA B - questão 17; PROVA C - questão 1; e PROVA D - questão 13.

Só existe unidade dentro de cada Ministério Público, inexistindo entre o Ministério Público Federal e os dos Estados, nem entre o de um Estado e o de outro, nem entre os diversos ramos do Ministério Público da União.

O que se percebe, portanto, é que os candidatos recorrentes não leram integralmente os ensinamentos dos doutrinadores que invocaram como fundamento de sua irresignação, pois eles, sem exceção, levam a que a resposta dada por correta pela Comissão do 22º Concurso para Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo, não merece qualquer reparo.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 11; PROVA B - questão 19; PROVA C - questão 3; e PROVA D - questão 15.

A questão está incluída no Edital, na medida em que corresponde à interpretação do art. 127, da Constituição Federal, portanto, dentro dos princípios constitucionais do Ministério Público.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 13; PROVA B - questão 1; PROVA C - questão 13; e PROVA D - questão 17.

A resposta “b” é a única possível, porque se trata de autoria colateral, em que o causador do resultado fatal por ele responde; e o outro responde apenas pela tentativa, na medida de seu dolo.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 14; PROVA B - questão 2; PROVA C - questão 14; e PROVA D - questão 18.

A resposta correta é a “a”, pois somente esses dois institutos são considerados excludentes de culpabilidade. As demais alternativas trazem, cada qual, pelo menos um item que não caracteriza excludente de culpabilidade.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 15; PROVA B - questão 3; PROVA C - questão 15; e PROVA D - questão 19.

A questão versa exclusivamente sobre nexo de causalidade. Pergunta-se se o resultado naturalístico atribui-se a João no cenário proposto. A hipótese claramente descrita caracteriza “causa superveniente relativamente independente por si só produziu o resultado” (Art. 13, §1º, CP). Fica evidente que a resposta somente é a “b”.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 16; PROVA B - questão 4; PROVA C - questão 16; e PROVA D - questão 20.

Em que pese existirem apontamentos doutrinários esparsos dando conta da impossibilidade de concurso de pessoas em crimes culposos – tanto na forma de coautoria quanto na de participação – é de se registrar que no sistema penal brasileiro calcado na teoria restritiva de autoria, é amplamente aceita a posição no sentido de se admitir concurso de pessoas na modalidade de coautoria nos crimes culposos.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 18; PROVA B - questão 6; PROVA C - questão 18; e PROVA D - questão 22.

A questão refere-se à Lei Penal no tempo (art. 2º, CP). Essa remissão fica explícita ante as quatro alternativas propostas para solucioná-la. A alternativa correta só pode ser a “b” (do gabarito) – figura conhecida como “abolitio criminis”. As demais alternativas são claramente inviáveis face ao enunciado.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 20; PROVA B - questão 8; PROVA C - questão 20; e PROVA D - questão 24.

A questão enfoca a regra geral concernente à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, o que não engloba os crimes culposos e delitos previstos em leis extravagantes.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 26; PROVA B - questão 26; PROVA C - questão 26; e PROVA D - questão 30.

As alternativas "c", "a" e "d" configuram hipóteses de erro substancial (cf. art. 139, C.C), a única alternativa que não configura erro substancial é a "b".

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 27; PROVA B - questão 27; PROVA C - questão 27; e PROVA D - questão 31.

A resposta correta é a alternativa "b", pois a Lei n. 13.146/2015, que modificou o Código Civil de 2002, manteve o termo "somente"; além disso, Enunciados de Conselhos, de Grupos de Trabalho, de Congressos de Entidades e similares, não são admitidos em provas objetivas. E mais, o dispositivo previsto na Parte Geral do Código Civil diz respeito às fundações privadas, uma vez que as públicas são criadas por leis que estabelecem suas finalidades específicas.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 29; PROVA B - questão 29; PROVA C - questão 29; e PROVA D - questão 33.

Entre os princípios da hermenêutica não se encontra o "in dubio pro reo". Este princípio é de direito probatório. O fato de alguma doutrina invocar esse princípio como critério residual para a solução de problemas de interpretação de lei, não transforma o "in dubio pro reo" em princípio de hermenêutica. Por derradeiro, o "in dubio pro reo" é tema próprio do juiz natural e imparcial, questão afeta à Teoria Geral do Processo, matéria prevista no Edital.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 31; PROVA B - questão 31; PROVA C - questão 31; e PROVA D - questão 35.

Independentemente do número de qualificadoras do crime de homicídio, sendo reconhecida a legítima defesa, verifica-se a excludente de antijuridicidade. O enunciado da questão nem de longe sugere qualquer excesso, até porque o excesso, doloso ou culposos, pode ocorrer em todas as excludentes de ilicitude e não apenas na legítima defesa (art. 23, parágrafo único, CP).

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 33; PROVA B - questão 33; PROVA C - questão 33; e PROVA D - questão 37.

Ainda há intenso debate doutrinário acerca da capacidade postulatória ser tratada como pressuposto de existência ou validade do processo, razão pela qual a alternativa "d" também seria uma resposta possível.

RECURSO(S) DEFERIDO(S). ANULADA A QUESTÃO.

Recurso contra PROVA A - questão 34; PROVA B - questão 34; PROVA C - questão 34; e PROVA D - questão 38.

Ainda há intenso debate doutrinário acerca da classificação das súmulas vinculantes no tema das fontes do direito. Nesse cenário duas alternativas "b" e "c" seriam respostas possíveis.

RECURSO(S) DEFERIDO(S). ANULADA A QUESTÃO.

Recurso contra PROVA A - questão 35; PROVA B - questão 35; PROVA C - questão 35; e PROVA D - questão 39.

Na jurisdição voluntária não há lide, mas negócio jurídico processual, o qual se resolve com o juiz e os interessados, exatamente na forma indicada na alternativa correta apontada no gabarito. Assim sendo a alternativa "c" está correta.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 36; PROVA B - questão 36; PROVA C - questão 36; e PROVA D - questão 40.

Em termos de Teoria Geral do Processo, o Direito Processual é independente. Na medida em que formada a relação jurídico-processual, esta exige pressupostos de existência e validade desvinculados do direito material. Por isso a alternativa correta é a "b".

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 37; PROVA B - questão 37; PROVA C - questão 37; e PROVA D - questão 1.

O art. 80 da Lei Complementar n. 734/93 dispõe que a duração do estágio não será superior a três anos em cada programa. A redação do Regulamento dos programas de estágio não valida a alternativa mencionada nos recursos. Afinal, seu art. 10 estabelece que o período de estágio não excederá dois anos, consecutivos ou alternados, em cada programa, exceto quando se tratar de estagiário portador de necessidades especiais e houver interesse e concordância entre as partes. Portanto, quer de acordo com a redação da Lei Complementar n. 734/93, quer nos termos do Ato Normativo n. 1.017/2017-PGJ, a duração do estágio não está limitada a dois anos.

Recurso(s) indeferido(s).

Recurso contra PROVA A - questão 38; PROVA B - questão 38; PROVA C - questão 38; e PROVA D – questão 2.

Todas as hipóteses, excetuada aquela prevista na alternativa “c”, constituem motivo para o desligamento do estagiário (art. 85, inciso II, letras a, b e d, da Lei Complementar n. 734/93). A alternativa “c” está incorreta porque o estagiário só será desligado caso venha se ausentar do serviço durante o ano civil, por mais de dez dias, sem justificação, ou por mais de vinte dias, ainda que motivadamente.

Recurso(s) indeferido(s).

A relação dos candidatos aprovados no 22º Concurso de Estagiários do Ministério Público – graduação em Direito, relacionados por Região e por ordem de classificação, será divulgada a partir do ((NG))**dia 17 de novembro de 2017((CL)), no Diário Oficial Poder Executivo I e no site do Ministério Público de Estado de São Paulo (www.mpsp.mp.br), link concursos, e do Centro de estudos e Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público (www.esmp.mpsp.mp.br).**